

**ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**

Contratante

**TESTEMUNHAS:**

CPF nº \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO Nº. 08, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019.***Forma a Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares do Município de Cáceres/MT.*

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº. 2.473 de 29 de abril de 2015 que estabelece regras para composição e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e revoga as Leis 1862/2003 e 67/2006 e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências, em Reunião Extraordinária realizada no dia 26 de fevereiro de 2019, com registro em Ata nº. 185 e,

**Considerando** a Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

**Considerando** o Capítulo III -da Lei Municipal nº 2.473 de 29 de abril de 2015, que rege sobre o Conselho Tutelar de Cáceres/MT;

**Considerando** que cada Conselho Tutelar deve ser composto por 05 (cinco) membros titulares para mandato de 04 (quatro) anos;

**Considerando** ainda que o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será também o Presidente da Comissão Especial Eleitoral;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Formar a Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares do Município de Cáceres/MT.

**Art. 2º** - A Comissão será composta pelo (a)s seguintes conselheiro(a)s:

**Maria Ângela Cardozo de Oliveira**, conselheira representante titular da Secretaria Municipal de Educação; **Inailza Pedraça da Silva**, conselheira representante suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social; **Rosenil Gonçalves dos Santos**, conselheira representante titular do Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennés; **Rita de Cassia Serra**, conselheira representante titular do Instituto Cometa; **Kelly Novack Rodrigues**, conselheira representante titular da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE/Cáceres; **Gimerson Ferreira de Souza**, conselheiro representante titular da Secretaria Municipal de Finanças – Presidente do CMDCA e da Comissão Especial Eleitoral.

**Art. 3º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.  
Cáceres, 26 de fevereiro de 2019.

**Gimerson Ferreira de Souza**

Presidente do CMDCA

**LEI Nº 2.726 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019**

“Dispõe sobre autorização para abertura de Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) das despesas fixadas pela LOA – Lei Orçamentária Anual, no exercício de 2019 e dá outras providências.”

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO:** no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo, autorizado a abrir no corrente exercício financeiro, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) das despesas fixadas pela LOA – Lei Orçamentária Anual, Créditos Adicionais Suplementares para cobrir despesas orçamentárias do exercício de 2019, para atender todos os órgãos das Administrações Diretas e Indiretas, utilizando-se dos instrumentos orçamentários da transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, servindo como fonte de recursos os constantes do Art. 43 e respectivos parágrafos e incisos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 27 de fevereiro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO Nº. 07 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.***Aprova com ressalvas as Prestações de Contas do Ano de 2018 do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.*

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº. 2.473 de 29 de abril de 2015 que estabelece regras para composição e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e revoga as Leis 1862/2003 e 67/2006 e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências, em Reunião Extraordinária realizada no dia 18 de fevereiro de 2019, com registro em Ata nº. 184 e,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Aprovar com ressalvas, as Prestações de Contas do ano de 2018, após análise, avaliação da Comissão de Prestação de Contas do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA.

**Relatórios Trimestrais de Prestação de Contas do Ano de 2018:****1º Trimestre/2018**

- Saldo anterior (2017): R\$ 73.153,41
- Rendimentos de aplicação financeira no Trimestre: R\$ 493,63
- Recursos recebidos/doações ao Fundo: R\$ 32.221,71
- Total 1º Trimestre de 2018: R\$ 105.868,75

**2º Trimestre/2018**

- Saldo anterior (1º Tri/2018): R\$ 105.868,75
- Rendimentos de aplicação financeira no Trimestre: R\$ 576,64
- Cobrança de IR: R\$ 207,52
- Total 2º Trimestre de 2018: R\$ 106.237,87

**3º Trimestre/2018**

- Saldo anterior (2º Tri/2018): R\$ 106.237,87
- Rendimentos de aplicação financeira no Trimestre: R\$ 750,22
- Recursos recebidos/doações ao Fundo: R\$ 35.207,77
- Total 3º Trimestre de 2018: R\$ 142.195,86

**4º Trimestre**



- Saldo anterior (3º Tr/2018): R\$ 142.195,86
- Rendimentos de aplicação financeira no Trimestre: R\$ 781,55
- Recursos recebidos/doações ao Fundo: R\$ 40.000,00
- Total 4º Trimestre de 2018: R\$ 182.977,41

**Art. 2º** - Fica determinado aos órgãos competentes que façam as seguintes adequações junto as Prestações de Contas do ano de 2018 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA:

**Para que este parecer tenha MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL EM SUA TOTALIDADE, solicitamos dos órgãos competentes as devidas adequações:**

- 1- A correção do demonstrativo da receita e despesas conforme solicitadas no ofício nº 108/2018/CMDCA;
- 2- Bem como será imprescindível que seja devolvido no Primeiro Trimestre de 2019, os valores retidos da conta do Fundo a título de IR, que essa devolução seja devidamente corrigida pela poupança.
- 3- Que o recurso do fundo seja imediatamente alocado em aplicação via poupança. Sugerimos abertura de procedimento para apuração de possível lesão ao erário a decisão de colocar o recurso do fundo em aplicação em rendimento diário com baixa automática, que nitidamente rendeu aquém dos anos anteriores, além do mais a justificativa de que a modalidade escolhida pode ser a qualquer hora utilizada, não vai de encontro com o interesse da coisa pública uma vez que é ciente que a conta do fundo não tinha previsão de utilização "a qualquer momento". Além do mais não há objeção de utilização dos recursos de uma determinada conta mesmo ela estando aplicada em poupança.

**Art. 3º** Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Cáceres, 18 de fevereiro de 2019.

*Gimerson Ferreira de Souza*

Presidente do CMDCA

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº. 104 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 8552 de 21 de fevereiro de 2019,

**RESOLVEM:**

**Art.1º** Exonerar o servidor **RAPHAEL NOGUEIRA GALVÃO**, do cargo Comissionado de Gerência de Gestão de Pessoas, do Decreto nº 025 de 18 de janeiro de 2018, da Secretaria de Educação, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 28 de fevereiro de 2019.

**Art.2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.  
Prefeitura Municipal de Cáceres, 22 de fevereiro de 2019.

**FRANCIS MARIS CRUZ**

Prefeito Municipal de Cáceres

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 22.02.19.

#### LEI Nº 2.725 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

**"Autoriza o Poder Executivo a firmar acordo de parcelamento com a Receita Federal do Brasil e dá outras providências."**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo de parcelamento de débito junto à Receita Federal do Brasil, referente à diferença da alíquota da Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho - GILRAT, período de 10/2013 à 08/2018, no montante de R\$ 1.548.741,97 (um milhão quinhentos e quarenta e oito mil setecentos e quarenta um reais e noventa e sete centavos), devidamente atualizado até o efetivo pagamento, em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas.

**Art. 2º** As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 27 de fevereiro de 2019.

**FRANCIS MARIS CRUZ**

Prefeito Municipal de Cáceres

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/CONTRATAÇÃO

##### CONTRATO Nº 029/2019 – SMS

##### POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob nº 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhora **SELDEN KAWAI DE ANDRADE**, Brasileiro, Solteiro, Residente e Domiciliado na TRAV. Da Luz, Nº 293, JD Celeste, em Cáceres-MT, portador do RG nº 1421029 SESEDEC/RO e CPF nº 019.370.271-12, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei nº 1.931, de 15 de abril de 2005.

##### DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial, **SELDEN KAWAI DE ANDRADE** no cargo de Médica Clínica Geral, em regime de plantonista (40 horas) semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Pronto Atendimento (PAM) Médico do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

##### DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **01 de Março 2019** e término em **01 de Setembro 2019**.

##### DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R\$4476,76 (quatro mil e quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos) mensais, acrescido de verba indenizatória na forma da Lei Municipal 2324 de 30 de abril de 2012, alterada pela Lei nº 2356 de 21 de dezembro de 2012, Decreto nº 343 de 05 de agosto de 2013 e Lei 2.717 de 24 de dezembro de 2018.

##### DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.



IV) SALDO FINAL: R\$ 160.255,03 (cento e sessenta mil duzentos e cinquenta e cinco reais e três centavos).

Parágrafo único – A tarifa bancária cobrada no exercício anterior foi devidamente restituída em 27/05/2020.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres, 08 de outubro de 2020.

Raul Camilo Guimarães Garcia

Presidente do CMDCA

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº. 544 DE 13 DE OUTUBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando nº 30.508 de 28 de setembro de 2020;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor **RENE ALVES LIMA**, para o cargo em Comissão de Programação Orçamentária, Cálculos, Precatórios e Centro de Estudos, da Procuradoria Geral do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de outubro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de outubro de 2020.

**FRANCIS MARIS CRUZ**

Prefeito Municipal de Cáceres

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO Nº. 021 DE 08 DE OUTUBRO DE 2020.

Aprova a prestação de contas simplificada do 1º Trimestre / Ano 2020 do FMDCA (ag. 0184-8 / conta 48.646-9).

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas e por deliberação tomada em Reunião Ordinária realizada virtualmente no dia 08 de outubro de 2020, devidamente registrada na Ata nº. 227.

CONSIDERANDO que trata-se de uma atribuição do CMDCA "monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do FMDCA, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e seu balanço anual, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações [...]”, definidos no Art. 129-VII da Lei. Mun. 2.473/2015;

CONSIDERANDO que caberá, conforme preconizado no Art. 130-VII da mesma disposição legal ao Gestor do FMDCA (definido conforme Art. 128) "VII - apresentar trimestralmente ou quando solicitada pelo CMDCA, a análise e avaliação da situação econômica-financeira do FMDCA, através de balancetes e relatórios de gestão”.

CONSIDERANDO o Parecer 001/2020 apresentado pela Comissão Permanente de Gerenciamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CP-FIA) devidamente aprovado pela plenária do CMDCA posta;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar com ressalvas a prestação de conta apresentada do 1º Trimestre/2020, sendo em síntese definido:

I) SALDO ANTERIOR: R\$ 145.004,71 (cento e quarenta e cinco mil e quatro reais e setenta e um centavos).

II) RECEITAS REGISTRADAS: R\$ 384,40 (trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos);

III) DESPESAS APRESENTADAS: R\$ 19.990,00 (dezenove mil novecentos e noventa e nove reais);

IV) SALDO FINAL: R\$ 125.399,11 (cento e vinte e cinco mil trezentos e noventa e nove reais e onze centavos).

Parágrafo único – Constitui-se ressalva desta prestação a cobrança da tarifa bancária no valor de R\$ 10,45 (dez reais e quarenta e cinco centavos) a ser restituída no próximo exercício.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres, 08 de outubro de 2020.

Raul Camilo Guimarães Garcia

Presidente do CMDCA

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES

A presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº. 253 de 07 de maio de 2020;

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020;

Torna pública a pauta de julgamento de processos para a sessão do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá no dia 19 de outubro de 2020, às 8 horas da manhã, por vídeo conferência.

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
14564/2020	RODOVIÁRIO D'GONTIJO	Tiago Ruas Ferreira
11402/2020	Naizira Gonçalves	Ledson Glaucio Monteiro Catelan
5919/2020	Manoel Pedro da Silva	Eliana da Silva Carvalho Duarte

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minutos para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 13 de outubro de 2020

**ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE**

Presidente

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº. 550 DE 14 DE OUTUBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando nº 31.907 de 14 de outubro de 2020;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor **RONALDO DE LIMA**, para o cargo em Comissão de Coordenadoria de Apuração e Controle de Infrações Administrativas Litigiosas, da Procuradoria Geral do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de outubro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de outubro de 2020.

**FRANCIS MARIS CRUZ**

Prefeito Municipal de Cáceres



tado(a), no cargo de Professor(a) Licenciado(a) em Pedagogia, para exercer sua função na E.M Vila Irene.

Considerando que o professora Elba Mara dos Santos está em readaptação de função;

Considerando o disposto no art. 2º e no § 1º, do art. 3º do Decreto nº 268/2020, cujas normas estabeleceram que os contratos temporários mantiveram seus efeitos suspensos em decorrência da paralização das aulas da Rede Municipal de Ensino, no período de "06 de abril de 2020 até 30 de junho", e por consequência houve a recontagem do prazo original de vigência, com o desconto do período de suspensão;

Celebram o presente termo aditivo para alterar o disposto no Contrato nº. 016, como delineado a seguir:

**Cláusula 1ª.** Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado com efeito retroativo a partir de 01/09/2020, com termo final alterado para 16/12/2020, a fim de viabilizar o cumprimento do calendário letivo do ano de 2020.

**Cláusula 2ª** O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

**Parágrafo único.** Haverá a rescisão antecipada prevista nesta cláusula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

**Cláusula 3ª** Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais deverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

**Cláusula 4ª.** Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 07 de Outubro de 2020

\_\_\_\_\_  
Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_ NO-

ME: \_\_\_\_\_

Nº: \_\_\_\_\_ RG

Nº: \_\_\_\_\_

CPF Nº: \_\_\_\_\_ CPF Nº:

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO Nº. 023 DE 08 DE OUTUBRO DE 2020.

**Instaura sindicância em desfavor da Conselheira Tutelar de Cáceres Vivianny Mawara Lino Campos.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas e por deliberação tomada em Reunião Ordinária realizada virtualmente no dia 08 de outubro de 2020, devidamente registrada na Ata nº. 227.

CONSIDERANDO o estabelecido nos Arts. 89, 90 e 94 da Lei Municipal nº. 2.473/2015 que apontam sobre as faltas e penalidades passíveis aos Conselheiros Tutelares de Cáceres, bem como da sindicância a ser instaurada pelo CMDCA;

CONSIDERANDO o ofício nº 322/DAS/6º BPM/2020 recebido em 21/09/2020 (Protocolo 1Doc 16.411/2020) sobre divergente conduta institucional da Conselheira Tutelar Vivianny Mawara Lino Campos, no atendimento de

ocorrência policial de "estupro de vulnerável" em 05/09/2020 - BO 2020. 210989, onde a mesma recusou-se a realizar o transporte de criança e sua genitora da Unidade Pronto Atendimento-UPA até a sede da PM - 6ºBPM - Cáceres para registro de boletim de ocorrência, sob alegação de que "não era função "deles" realizar esse tipo de atendimento", e com ironia teria dito "[...] que veículo do Conselho Tutelar não era "UBER" [...]."

CONSIDERANDO o Parecer 001/2020 apresentado pela Comissão Permanente de Apoio e Orientação ao Conselho Tutelar (CP-CT) devidamente aprovado pela plenária do CMDCA posta;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar sindicância em desfavor da Conselheira Tutelar de Cáceres Vivianny Mawara Lino Campos, observando-se os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, a ser presidida pela conselheira:

I. Deisiane de Souza Lima e Luciana Nunes, representante titular da Secretaria Municipal de Educação

Parágrafo único: A presidente poderá solicitar a qualquer tempo, designação de mais um membro e de servidores para auxiliá-la nos trabalhos.

Art. 2º - A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de relatório, em que examinado todos os elementos proporá as medidas cabíveis, encaminhando à apreciação e deliberação da plenária, onde será extinta.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres, 08 de outubro de 2020.

Raul Camilo Guimarães Garcia

Presidente do CMDCA

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO Nº. 022 DE 08 DE OUTUBRO DE 2020.

**Aprova a prestação de contas simplificada do 2º Trimestre / Ano 2020 do FMDCA (ag. 0184-8 / conta 48.646-9).**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas e por deliberação tomada em Reunião Ordinária realizada virtualmente no dia 08 de outubro de 2020, devidamente registrada na Ata nº. 227.

CONSIDERANDO que trata-se de uma atribuição do CMDCA "monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do FMDCA, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e seu balanço anual, sem prejuízo outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações [...]", definidos no Art. 129-VII da Lei. Mun. 2.473/2015;

CONSIDERANDO que caberá, conforme preconizado no Art. 130-VII da mesma disposição legal ao Gestor do FMDCA (definido conforme Art. 128) "VII - apresentar trimestralmente ou quando solicitada pelo CMDCA, a análise e avaliação da situação econômica-financeira do FMDCA, através de balancetes e relatórios de gestão".

CONSIDERANDO o Parecer 002/2020 apresentado pela Comissão Permanente de Gerenciamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CP-FIA) devidamente aprovado pela plenária do CMDCA posta;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar sem ressalvas a prestação de conta apresentada do 2º Trimestre/2020, sendo em síntese definido:

I) SALDO ANTERIOR: R\$ 125.399,11 (cento e vinte e cinco mil e trezentos e quatro reais e setenta e um centavos).

II) RECEITAS REGISTRADAS: R\$ R\$ 34.855,92 (trinta e quatro mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos);

III) DESPESAS APRESENTADAS: não houve despesas registradas;



**Art. 2º.** Que seja oficiado a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Município Barra do Garças-MT quanto a instauração do presente processo administrativo disciplinar, com remessa de cópia desta Portaria, informando que tão logo concluído o processo administrativo disciplinar cópia integral será igualmente remetida.

**Art. 3º.** A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, a contar da publicação desta Portaria, possui o prazo legal previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal para a realização dos trabalhos de apuração dos fatos e elaboração do relatório final, remetendo o processo logo após a autoridade julgadora.

**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º.** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças-MT, 04 de dezembro de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

##### PORTARIA Nº. 555 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o artigo 45 da Lei Complementar nº 025, de 27 de novembro de 1.997;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 46098, de 07 de novembro de 2018,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Conceder vacância a partir do dia 10 de dezembro de 2018, a servidora **FERNANDA DE ALMEIDA GONÇALVES OLIVEIRA** – Assistente Administrativo – lotada na Secretaria Municipal de Administração, para tomar posse em Concurso Público.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de dezembro de 2018.

**LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA**

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 04.12.18

##### PORTARIA Nº 554 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013 e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 47359, de 19 de novembro de 2018,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Suspender a pedido, a partir de 10 de dezembro de 2018, o período de licença-prêmio da servidora **FERNANDA DE ALMEIDA GONÇALVES OLIVEIRA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, concedido através da Portaria nº. 514 de 08 de novembro de 2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de dezembro de 2018.

#### LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 04.12.18

##### PORTARIA Nº. 552 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 48991, de 30 de novembro de 2018;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Designar a servidora **ARIANA PAMELA NUNES DE MATOS FERREIRA**, para responder pela Gerência Administrativa e Expediente Geral da Secretaria Municipal de Administração, em substituição à titular **Ivanir Viana e Silva** que se encontra em gozo de férias, pelo período de 03 de dezembro de 2018 a 01 de janeiro de 2019.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de dezembro de 2018.

**LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA**

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 03.12.18

#### SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL RESOLUÇÃO Nº. 44 DE 16 DE AGOSTO DE 2018

*Aprova as Prestações de Contas do Ano de 2015, 2016 e 2017 do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.*

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº. 2.473 de 29 de abril de 2015 que estabelece regras para composição e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e revoga as Leis 1862/2003 e 67/2006 e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências, em Reunião de Assembleia Geral realizada no dia 06 de novembro de 2018, Ata nº. 001 e com registro na ata de aprovação pela plenária, reunião extraordinária do dia 16 de agosto de 2018, Ata de nº 170 e,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Aprovar sem quaisquer ressalvas, as Prestações de Contas do ano de 2015, 2016 e 2017, após análise, avaliação da Comissão de Prestação de Contas do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA.

**Art. 2º** - Os recursos evidenciados nas Prestações de Contas e alocados no Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA nos anos de 2015 a 2017, são:

**Relatórios Trimestrais de Prestação de Contas do Ano de 2015:**

- Saldo anterior (2014): R\$ 24.848,72
- Rendimentos de aplicação financeira no ano de 2015: R\$ 2.658,48
- Recursos recebidos/doações ao Fundo: R\$ 34.809,61
- Total 2015: R\$ 62.316,81

**Relatórios Trimestrais de Prestação de Contas do Ano de 2016:**

- Saldo anterior (2015): R\$ 62.316,81



- Rendimentos de aplicação financeira no ano de 2016: R\$ 4.742,27
- Recursos recebidos/doações ao Fundo: R\$ 1.500,00
- Total 2016: R\$ 68.559,08

**Relatórios Trimestrais de Prestação de Contas do Ano de 2017:**

- Saldo anterior (2016): R\$ 68.559,08
- Rendimentos de aplicação financeira no ano de 2017: R\$ 4.594,33
- Recursos recebidos/doações ao Fundo: R\$ 0,00
- Total 2017: R\$ 73.153,41

**Parágrafo Único** – A doação ao fundo no valor de R\$ 16.700,00 (dezesesseis mil e setecentos reais) no ano de 2015, não estava em aplicação, sendo transferido o valor para aplicação através da Poupança em 25/05/2016.

**Art. 3º** Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Cáceres, 16 de agosto de 2018.

Gimerson Ferreira de Souza

Presidente do CMDCA

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 26/2018

**Interessado:** Secretaria Municipal de Saúde

**Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO, visando à contratação de clínica para prestação de serviços técnicos profissionais especializados em tratamento de dependências químicas, e ou, que atuem também no modelo de comunidade terapêutica, para prestação de cuidados terapêuticos específicos para usuários de álcool e drogas em situação de risco grave, prestando serviços de tratamento em regime de internação integral e por período de 04 (quatro) meses. Em cumprimento ao mandado de intimação de liminar para o Município de Cáceres-MT sob o processo de nº 4091-45.2017.811.0006 (Cód. 216389) em trâmite no Juízo da Primeira Vara Cível de Cáceres/MT.

**EMPRESA:** VALOR DA VIDA – COMUNIDADE TERAPEUTICA LTDA

CNPJ: 10.685.714/0001-34

**VALOR:** R\$ 6.400,00 (SEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS)

*Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/1993.*

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de dezembro de 2018.

Antônio Carlos de Jesus Mendes

Secretário Municipal de Saúde

### PORTARIA Nº. 557 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 49521 de 05 de dezembro de 2018,

#### RESOLVE:

**Art.1º** Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Técnica, destinada a acompanhar e analisar os documentos a Qualificação Técnica do processo Licitatório – Pregão Eletrônico nº 79/2018:

#### Membros

Clara Mendes Baptista – Farmacêutica;

Flávia Leal Ojeda – Farmacêutica;

Marcelo de Oliveira – Coordenador do Pronto Atendimento médico.

#### Art. 2º São atribuições da Comissão Técnica:

I. Fazer análise das propostas técnicas das licitantes, da Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria de Saúde.

II. Emitir relatórios referentes às análises técnicas efetivadas.

**Art. 3º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de dezembro de 2018.

**LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA**

Secretário Municipal de Administração

Afixado em 05.12.2018

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, convida Vossa Senhoria para participar da 3ª Audiência Pública sobre o **PLANO DE MOBILIDADE URBANA**, em conformidade com a Lei Federal 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

A referida Audiência Pública tem por finalidade apresentar ao público propostas de mudanças inerentes ao Plano de Mobilidade Urbana, que faz parte do convênio formado entre esta Prefeitura e a Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, com a intermediação da Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual (FAESPE).

Data: 12/12/2018 (quarta-feira) Horário: 19h30min Local: Plenária da Câmara Municipal de Cáceres - Rua Cel. José Dulce, esq. c/ a Rua General Osório, Centro, Cáceres-MT.

A vossa presença será de grande importância para que alcancemos o objetivo do evento.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2018

**Interessada:** Secretaria de Municipal de Educação, Assistência Social e Esporte e Lazer.

**Objeto:** Registro de Preço para futura contratação de empresa para futura e eventual aquisição de **Carnes e Derivados Lácteos** de excelente qualidade e aceitação.

**Data Retificada:** 18 de dezembro de 2018 às 09:00 horário de Brasília.

**Observação:** A pasta contendo o Edital retificado e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal <http://www.caceres.mt.gov/licitacao/> e na plataforma <http://bll.org.br/>.

**Local e Data:** Prefeitura de Cáceres-MT, 05 de dezembro de 2018.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 503/2018

### DECRETO Nº. 668 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 49154, de 03 de dezembro de 2018,



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO Nº. 005 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.**

**Aprova sem ressalvas as Prestações de Contas do Exercício de 2019 do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas e por deliberação tomada em Reunião Ordinária realizada virtualmente e presencial no dia 11 de fevereiro de 2021, devidamente registrada na Ata nº. 231

**CONSIDERANDO** que se trata de uma atribuição do CMDCA "monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do FMDCA, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e seu balanço anual, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações [...]", definidos no Art. 129-VII da Lei. Mun. 2.473/2015;

**CONSIDERANDO** que caberá, conforme preconizado no Art. 130-VII da mesma disposição legal ao Gestor do FMDCA (definido conforme Art. 128) "VII - apresentar trimestralmente ou quando solicitada pelo CMDCA, a análise e avaliação da situação econômica-financeira do FMDCA, através de balancetes e relatórios de gestão".

**CONSIDERANDO** o Parecer 003/2020 apresentado pela Comissão Permanente de Gerenciamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CP-FIA) foi devidamente aprovado pela plenária do CMDCA, em Reunião Ordinária do dia 17 de dezembro de 2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar sem ressalvas, as Prestações de Contas do Exercício de 2019, após análise e avaliação da Comissão de Prestação de Contas do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres, 11 de fevereiro de 2021.

Kelly Novack Rodrigues

Vice-presidente do CMDCA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO Nº 190 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 3792, de 03 de fevereiro de 2021;

**RESOLVEM:**

Art. 1º- Nomear o senhor **JOSE MARCIO DA ROCHA SILVA**, para exercer o cargo em Comissão de Gerência de Controle e Avaliação do Sistema Operacional e-SUS, da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de fevereiro de 2021.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 141, de 22 de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de fevereiro de 2021.

**SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**

Secretário Municipal de Saúde

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
PORTARIA Nº 153 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.**

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258 de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** os artigos 19, 20 e 21 da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003 e os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

**CONSIDERANDO** o que consta no Memorando sob nº 5450, de 16 de fevereiro de 2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam Elevados a Progressão de nível e Classe dos servidores de carreira do Município de Cáceres, relacionados no anexo único da presente Portaria, em razão de nova habilitação específica alcançada e por tempo de serviços prestados, obedecendo aos critérios de promoção para cada Classe, no mês de **Fevereiro/2021**.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta do Elemento de Despesa das respectivas Secretarias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de fevereiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

Secretário Municipal de Administração

**FEVEREIRO 2021**

**SERVIDORES COM DIREITO A PROGRESSÃO DE NÍVEL E CLASSE EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº.47 DE 29/09/2003, ART.19 e SEQUINTE e LEI COMPLEMENTAR Nº.48 de 05/09/2003, ART.18 E SEQUINTE - "PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS - PCCS" VIGENTE.**

NOME	CARGO	PROGRESSÃO FUNCIONAL	ADMISSÃO	DE CLASSE NÍVEL	P/CLASSE NÍVEL
JOCTA OLIVEIRA DE SANTANA	Agente de Transito (S/G)	Progressão de Nível	16/10/2017	B – I	B – II
JORGE AUGUSTO DE ALMEIDA	Assistente Administrativo	Progressão de Classe	17/05/2010	C – III	D - III

**Protocolo 1- 1.227/2023**

**De:** Henrique M. - DCAT

**Para:** DAL - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

**Data:** 10/07/2023 às 23:44:58

**Setores (CC):**

GAB-VER, DAL

Resposta ao OF 56/2021-SL/CMC, no qual esta Casa encaminha cópia do Requerimento 04/2021, de autoria do Vereador Lacerda do Aki.

—

Henrique Barcelos Moraes

***PROTOCOLO***